

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
Al FGC

...CORREIOS...

Distribuição gratuita

Comércio apreensivo com proibição de bebidas nas rodovias

Audiência pública avalia prejuízos causados por medida provisória e culmina com moção ao governo federal

Eduardo Guedes de Oliveira



Reunião promovida pela Comissão de Economia deixou clara a preocupação de quem tem bares e restaurantes à beira das rodovias federais em Santa Catarina

Página 4

Eduardo Guedes de Oliveira



Luis Nassif em O Brasil em Debate

Jornalista faz prognóstico positivo para economia do Brasil

Página 8

Audiências do Iprev levam debate a Criciúma, Lages e Blumenau

Carlos Kilian



Servidores participaram das discussões do projeto em Lages

Páginas 6 e 7

Eduardo Guedes de Oliveira



Parlamento destaca 14 anos da Associação dos Bombeiros Voluntários

Sessões Solenes prestam homenagem ao Instituto Larus e Bombeiros Voluntários

Páginas 3 e 5

Confira nesta edição caderno especial "As riquezas da Região Sul"

OPINIÃO

O velho mundo e suas lições

Entre os dias 14 e 18 de abril estive na cidade de Sabadell, região Metropolitana de Barcelona, estado da Catalunha, na Espanha, para participar do 6º Seminário Binacional de Gestão Pública Municipal, promovido pelo Instituto Ambiental Biosfera. Como tenho formação em Administração e Gestão de Cidades, todos os assuntos eram de meu interesse, mas decidi dedicar maior atenção às atividades relacionadas ao Meio Ambiente, Saneamento Básico e Habitação. E foram muitas as lições.

Uma das principais foi quanto ao conceito de solidariedade. Lá, diferente do que ocorre aqui, município mais rico ajuda município menos favorecido com os recursos necessários para a implantação de projetos cujos reflexos são percebidos em toda a região. Foi desta forma que eles conseguiram implantar, em 1995, um sistema de tratamento de lixo revolucionário. Por lei, todo o lixo deve ser separado para reciclagem. Os materiais

maiores devem ser descartados pelos próprios munícipes em postos de coleta específicos e o lixo orgânico, como restos de comida, são depositados em tubulações de onde, por sucção, seguem até os postos de tratamento para transformação em adubo. Quem não segue as regras, está sujeito a multas pesadíssimas. Mas todos seguem. Em 2006, das 4,2 milhões de toneladas de lixo, 1,3 bilhão vieram da coleta seletiva e foram encaminhados para a reciclagem.

Na área de habitação popular, o déficit praticamente foi zerado nos últimos 10 anos. Com uma vantagem: as edificações construídas para receber famílias vindas de áreas de favelas seguem regras de conservação de água e energia, além de o próprio sistema de construção ser ecológico. As áreas antes ocupadas por favelas agora são produtoras de alimentos, para subsistência ou comercialização, cuidadas e exploradas pelas próprias famílias

que foram transferidas dali.

O sistema de saneamento atende 90% da população. É uma obrigação do poder público entendida como necessária não só pela visão da saúde, mas também da economia, uma vez que mais de 60% da riqueza gerada na região estão relacionados com o turismo. Uma mentalidade que deveríamos adotar definitivamente em Santa Catarina.

Eles também estão preocupados com a escassez de água, algo que determina, por exemplo, que não há mais interesse em grandes empreendimentos, que geram aglomeração habitacional e aumentam o consumo do bem. Cientes da situação, os espanhóis já anunciaram que pretendem comprar água do Brasil num prazo não superior a 10 anos. Devemos estar preparados para esta nova demanda mundial.

Deputado José Natal Pereira
(PSDB)

Iprev: segurança, acima de tudo

Mais do que qualquer outra coisa, é preciso que se tenha muita cautela na discussão do projeto que cria o futuro sistema previdenciário dos servidores catarinenses – o Iprev – porque não se trata de uma matéria corriqueira: ela estabelece as condições de vida dos funcionários públicos para daqui a 20, 25 anos, e traz a expectativa de que possa, efetivamente, representar a solução para esse quebra-cabeças que de há muito desafia a criatividade dos administradores.

Não é uma questão fácil, mas exige que se tenha a ousadia da iniciativa, e disso falo com a experiência de ex-prefeito de uma das mais importantes cidades catarinenses, São Bento do Sul. Depois de muito debate criamos um instituto de previdência absolutamente sólido e com uma preocupação central: dar total segurança aos inativos e àqueles que estavam requerendo sua aposentadoria. Para nós, segu-

rança é a questão central quando se trata da questão previdenciária.

Na época, admito, foi uma decisão difícil. Quando o nosso Instituto Municipal foi criado, o Poder Público participava com 24,75% do cálculo atuarial. Quando deixamos a Prefeitura depois de dois mandatos, em 2004, a parte que cabia ao Poder Público tinha caído para 14,75%. Todo ano é feito um novo cálculo, onde o Poder Público possa contribuir mais, ou menos.

Os beneficiários da Previdência precisam ter a segurança de que o patrimônio estará garantido, e cabe ao Poder Público dar essa garantia. É impensável que possa ocorrer – como já ocorreu – em determinada prefeitura catarinense, cujo prefeito tomou emprestado recursos destinados ao fundo previdenciário e depois pagou essa dívida com imóveis, os quais nem sempre corresponderam ao esperado. Não é isso, exatamente,

que o aposentado espera.

Entendo, também, que a discussão sobre o Iprev não pode ser sectarizada, partidarizada, porque é uma proposta para Santa Catarina e seus servidores e não para um determinado partido político. Com as audiências e os debates queremos aperfeiçoar o texto do projeto. Particularmente questiono o porquê da existência de dois fundos para o Iprev, onde o Poder Público tem participação diferenciada, sendo 11% no Fundo Financeiro e 22% no Fundo Previdenciário. Questiono, ainda, se os 11% de contribuição do Governo serão suficientes daqui a alguns anos.

Por fim, defendo que o Conselho que irá gerenciar o Iprev seja bem mais amplo do que está originalmente previsto, aumentando o número de seus representantes.

Deputado Sílvio Dreveck
Líder do PP

Rainha e princesas convidam catarinenses para 20ª Festa Nacional do Pinhão

A rainha da 20ª Festa Nacional do Pinhão, Fabíola Varela, e as princesas Amanda Tavares e Silvine Córdova, estiveram dia 23 na Assembléia Legislativa para promover o evento e convidar os catarinenses para a festa, programada para o período de 15 a 25 de maio. A visita foi marcada por uma apresentação de música e dança no Plenário da Casa.

Shows nacionais, bailes, festivais de música nativista, teatro, dança, gastronomia, artesanato e cultura local vão agitar a festa, que acontece no Parque de Exposições Conta Dinheiro, em Lages. Segundo o prefeito de Lages, Renato Nunes (PP), a edição 2008

traz algumas novidades, a começar com a extensão do período de festa em um dia. Outra inovação é com relação ao primeiro dia do evento, com entrada gratuita, passando para cinco os dias de acesso livre. “Estamos muito contentes por este ano poder oferecer 11 dias de festa. Um dia a mais para mostrar as coisas boas da nossa região”, comemorou Nunes.

Durante a Festa Nacional do Pinhão vai acontecer a 8ª Sapecada da Serra Catarinense, no dia 16 de maio, e Sapecada da Canção Nativa, de 19 a 21 de maio. São festivais de música nativista que ampliam o sentido de tradição da festa.

[AGENDA]

- **Dia 5 de maio, 14 horas:** Comissão de Saúde - Audiência pública “Reflexões sobre a situação em que vive o Instituto de Psiquiatria de SC – antiga Colônia Santana”
Local: Sala das Comissões
- **Dia 5, 19 horas:** Exposição do artista plástico Zelio Andrezzo
Local: Galeria de Arte Meyer Filho
- **Dia 5, 19 horas:** Lançamento do livro “Empreendendo na qualidade de vida: o profissional personal dance”
Local: Espaço Cultural Jerônimo Coelho
- **Dia 5, 20 horas:** Sessão solene em homenagem aos 40 anos da Cooperativa Regional Aujiriverde e 75 anos da Cooperativa de Crédito Rural de Itapiranga
Local: Plenário
- **Dia 6, 19 horas:** Sessão solene em homenagem ao Dia Estadual da Imigração Polonesa
Local: Plenário
- **Dia 7, 18 horas:** Comissão de Agricultura - Audiência pública para discutir a renegociação das dívidas dos produtores rurais de SC
Local: Sala das Comissões
- **Dia 7, 19 horas:** Comissão de Segurança Pública - Audiência pública para debater os problemas e propor soluções em relação à criminalização dos movimentos sociais
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Eduardo Guedes de Oliveira

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Parlamento presta homenagem aos 25 anos do Instituto Larus

Sessão solene resgata trajetória de entidade voltada à pesquisa, proteção e educação ambiental



Ivan Notti, locutor oficial dos vídeos produzidos pela instituição, destaca valor da homenagem do Legislativo

Denise Arruda Bortolon

A Assembléia Legislativa prestou homenagem, dia 23, aos 25 anos do Instituto Larus. A sessão solene resgatou a trajetória da entidade, que possui como bandeira a defesa do meio ambiente. O Larus tem enfatizado o uso da televisão como meio para divulgar seus trabalhos e propagar informações. Ao retratar a vida dos manguezais, das águas de entorno e das ilhas Moleques do Sul, Galés e do Arvoredo, lançou um novo conceito para divulgar aspectos sobre o meio ambiente.

Sediado em Florianópolis, o Instituto Larus surgiu em 1982 como um projeto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A partir de 1993, passou para a categoria de instituto. Desde então é uma organização não-governamental (ONG), de utilidade pública e sem fins lucrativos, voltada a promover e realizar ações de pesquisa, proteção e educação ambiental.

A instituição utiliza uma metodologia de mobilização para conservação da natureza que está entre as mais eficientes do mundo, em virtude do grande alcance da televisão. A sua missão é adquirir e disseminar o conhecimento sobre a natureza, com ênfase nos ambientes marinhos, promovendo e realizando ações de pesquisa, proteção e educação ambiental.

O deputado Joares Ponticelli

(PP) falou em nome do Parlamento. Para ele, o instituto trata a questão ambiental com a seriedade que merece. "As centenas de vídeos produzidos ao longo dos 25 anos circularam por todo o país e até mesmo no exterior", elogiou. O talento da equipe também foi citado. "É um grupo competente, qualificado e dedicado", acrescentou o parlamentar.

Ponticelli enfatizou o uso da televisão como meio de propagação do conhecimento e comparou o trabalho feito pelo Legislativo e pelo Larus. "Somos parceiros, tanto nos objetivos, quanto nos esforços. E um exemplo disso é o Plano de Gerenciamento Costeiro, o qual, infelizmente, ainda não foi regulamentado", encerrou.

Objetivo é defender o Planeta do desconhecimento

Ivan Notti, que empresta a sua voz a todos os vídeos produzidos pela instituição desde 1984, considerou a homenagem da Casa como um fechamento em grande estilo das comemorações que se iniciaram em 2007. "O trabalho feito com bastante determinação produziu resultados. Produzimos mais de 12 mil horas de pesquisa, roteirização e edição nos nossos acervos. O nosso objetivo é defender o planeta do nosso desconhecimento", comentou.

"Estamos realmente redescobrimo o mar desde 1982". Foi com esta frase que o representante da UFSC, o professor Érico Porto Filho, começou o seu discurso. Ele enfatizou a máxima de que é preciso conhecer para preservar e disse que é isso o que acontece com os colabores da instituição, que amam o que fazem e têm um

objetivo comum: o mar. "Vocês transmitem com profissionalismo e amor tudo o que foi feito nesses anos", observou.

O presidente do Instituto Larus, Alcides Dutra, considerou a data da sessão como o mais importante da sua vida, porque o reconhecimento da Assembléia Legislativa representa o reconhecimento da sociedade pelos 25 anos de trabalho do Larus. "Esta homenagem é a retribuição pelo que fazemos. Nós visamos à melhoria da qualidade de vida das pessoas, aliada à preservação do meio ambiente, pois ninguém ama o que não conhece", reforçou.

Ponticelli entregou duas placas. Uma ao presidente do Instituto Larus, pela passagem de seus 25 anos, e outra à UFSC, pelos relevantes serviços prestados. O instituto deu uma placa em agradecimento ao apoio recebido pelo Grupo RBS.

Alberto Neves



Deputado Joares Ponticelli entrega placa ao presidente do Larus, Alcides Dutra

Seminário debate a história política no Brasil

Para compreender o Brasil de hoje, precisamos entender o país desde a colonização pelos portugueses. É necessário também responder questões fundamentais como quem somos, de onde viemos e para onde vamos. Com essas provocações, o professor Antônio José Barbosa, da Universidade de Brasília (UnB), doutor em História, iniciou sua conferência de abertura do seminário "A Universidade e o Parlamento: Provocando Novas Idéias", no dia 28, no auditório Deputada Antonieta de Barros, da Assembléia Legislativa.

O seminário, encerrado dia 29, teve a finalidade de aproximar o Parlamento das instituições de ensino superior, por meio da Escola do Legislativo. Para o professor, que falou sobre "A História Política do Brasil", estamos diante de um país polissêmico – de vários significados – e de muitas transformações.

Sobre o que mudou no país em 500 anos, o professor afirma que pouca coisa. "Ainda temos rastros da escravidão, das capitanias e de uma organização política excludente. Temos tudo isso ainda presente no século 21."

O deputado estadual Sebastião Helvécio (PDT/MG) também participou do seminário como palestrante. Ele falou sobre a democracia representativa e os instrumentos de participação direta do povo. Cristiano Ferri Soares de Faria, servidor da Câmara Federal, abordou o papel do Poder Legislativo no sistema de políticas públicas. Democracia e Participação: Um Desafio de Cidadania foi o tema do professor Dr. Celso Kraemer, da FURB, enquanto ética e cidadania foram tratadas pelo professor Mestre Genuíno Bordignon, da UNB.

Eduardo Guedes de Oliveira



Professor Antônio José Barbosa, da Universidade de Brasília

INSTITUCIONAL

Comerciantes preocupados com proibição de venda de bebidas em rodovias

Audiência pública avalia repercussão e efeitos práticos da medida provisória do governo federal

Graziela May Pereira

A Medida Provisória 415/08, que desde 1º de fevereiro proíbe a venda no varejo de bebidas alcoólicas às margens de rodovias federais, ou em locais com acesso direto às rodovias, foi debatida dia 23 em audiência pública realizada pela Comissão de Economia. Para os participantes, alguns ligados à produção e comércio do produto, proibir a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias não coíbe o consumo. Entendem que a redução do número de acidentes passa, antes, por um melhor sistema de educação.

De acordo com a MP, os comerciantes que descumprirem a norma serão multados em R\$ 1,5 mil. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro e o acesso do estabelecimento à rodovia será bloqueado por dois anos pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). A fiscalização da medida é feita pela Polícia Rodoviária Federal (PRF).

O proponente da audiência, deputado Renato Hinnig (PMDB), disse que a motivação para promover o debate foi o grande número de reclamações de comerciantes e fornecedores de bebidas. "Estamos aqui para tentar dar um alento nas angústias dos fornecedores e comerciantes, que são os mais atingidos. Vamos tentar tomar as medidas necessárias", disse Renato.

Representando a Associação dos Distribuidores e Atacadistas



Comissão de Economia promove debate atendendo reclamações de comerciantes e fornecedores de bebida

Catarinenses (ACAD), Laércio Knis afirmou que a medida é absurda, já que os motoristas não deixaram de beber por conta dela. "Os acidentes de trânsito no Brasil preocupam, mas não significa que todos eles são causados pela bebida. A maioria deles é causada por imprudência." Laércio ainda disse que a solução do problema passa por um sistema educacional mais eficaz.

Cadeia de produção

O superintendente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja, Marcos Mesquita, tam-

bém se mostrou contra a MP, afirmando que ela afeta a liberdade na cadeia de produção. "Essa MP não é justa, já que 86% das pessoas que circulam em estradas federais são acompanhantes ou passageiros. Isso não trará resposta nenhuma à sociedade. Só vai trazer prejuízo", disse.

Segundo dados apresentados por Mesquita, das 35 mil mortes ocorridas no trânsito no ano de 2006, 35% foram por atropelamento. Outros seis mil óbitos foram de motociclistas. Ele argumenta que as mortes que acontecem devido à bebida alcoólica no trânsito não

têm como ser provadas, já que ninguém faz o teste de teor de álcool nos acidentados.

O presidente da Comissão de Economia, Silvio Dreveck (PP), disse que a maior preocupação dos comerciantes é o desemprego. "Muitas restaurantes na beira da rodovia irão fechar. É preciso um trabalho de conscientização e punição. A MP não vai resolver muita coisa. Pelo contrário, ela vai trazer muito prejuízo."

No final da audiência, a comissão decidiu que vai encaminhar uma moção ao Congresso Nacional alertando sobre a preocupação no âmbito estadual.

O que mudou no texto original

A audiência foi realizada no mesmo dia em que a Câmara dos Deputados aprovou o relatório e o novo texto da Medida Provisória 415/08. Entre as principais mudanças, estão a proibição de dirigir com qualquer grau de álcool no sangue e a permissão de venda em áreas urbanas por onde passam as rodovias. A MP será votada agora pelo Senado.

Para os efeitos da futura lei, passa a ser considerada como bebida alcoólica aquela com concentração de 0,5º Gay-Lussac (GL) ou superior, atingindo bebidas atualmente não enquadradas nesse conceito, como cerveja, alguns vinhos e bebidas do tipo ice.

Com isso, o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) também sofreu alteração. Agora, dirigir sob a influência de álcool ou outra substância psicoativa, em qualquer quantidade, passa a ser infração gravíssima, punida com multa de cinco vezes o valor-base desse tipo de infração e suspensão do direito de dirigir por doze meses.

O relator da MP, deputado federal Hugo Leal (PSC/RJ), acatou emenda para permitir a comercialização de bebidas em área urbana pela qual passe a rodovia.

A proibição continua a existir em áreas não urbanas e atinge a chamada faixa de domínio (trecho que margeia a rodovia em ambos os lados) e os acessos diretos à rodovia.

Suinocultores catarinenses não cumprem legislação

Um estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no Auditório Municipal João Furlanetto, de Seara, apontou que a maioria dos produtores de suínos do estado não cumpre a legislação ambiental. Os dados da "Gestão dos Dejetos Gerados em Sistemas de Produção de Suínos em Santa Catarina" foram apresentados pelo pesquisador da Embrapa, Paulo Armando de Oliveira, na audiência pública realizada no dia 17, em Seara, região do Alto Uruguai catarinense.

O encontro com suinocul-

tores, pesquisadores da área e autoridades, foi promovido pela Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, a pedido do deputado Flavio Ragagnin (PP).

A pesquisa concluiu que 63% dos produtores médios estão com excedente de dejetos nas propriedades rurais e, portanto, não poderiam produzir suínos. O levantamento apontou também que 96% do manejo dos dejetos são realizados em esterqueiras, o que provoca cheiro desagradável e gera gases do efeito estufa, com o não aproveitamento do

biogás gerado. Apenas 1,5% das propriedades têm biodigestor para transformar dejetos em energia elétrica térmica sem cheiro. Considerada energia limpa, elimina 99,9% dos coliformes fecais e gera biofertilizantes. Mas a maioria encontra-se em desuso.

Oliveira esclareceu que um estabelecimento suinícola não pode ter mais de 300 animais e nem produzir mais que 50 metros cúbicos de dejetos por hectare. "Cada suinocultor necessita comprar 14,1 hectare ou reduzir o plantel existente."



Produtores de Seara ouvem resultado de pesquisa da Embrapa

INSTITUCIONAL

Sessão solene homenageia Associação de Bombeiros Voluntários

Parlamento destaca 14 anos de entidade que reúne 3.800 pessoas e atende 77 municípios catarinenses

Rodrigo Viegas

Em sessão solene realizada dia 17, a Assembléia Legislativa homenageou os 14 anos de criação da Associação de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina (ABEVSC). A cerimônia, proposta pelo deputado Reno Caramori (PP), aconteceu na sede do Poder Legislativo e trouxe inúmeros representantes da classe e lideranças políticas à Casa.

Criada em 1994 para buscar maior parceria entre as 11 corporações existentes à época, a ABEVSC contribuiu para o crescimento e desenvolvimento dos bombeiros voluntários no estado, que hoje conta com 43 corporações. A instituição pioneira foi criada em 1892, no município de Joinville, e até hoje se dedica a serviços de combate a incêndios, busca e salvamento, prestação de socorro em casos de emergência, desabamentos, inundações, catástrofes e calamidades públicas.

Com mais de 3.800 voluntários e atendendo 77 municípios catarinenses, os bombeiros voluntários prestaram, no ano de 2007, mais

de 77 mil atendimentos.

Em seu pronunciamento, o deputado Reno Caramori agradeceu os serviços prestados pelas corporações à população de Santa Catarina. Também destacou o exemplo de dignidade que a instituição oferece à sociedade, "que cada vez mais precisa de bons exemplos". Para ele, "ser voluntário é ser humano, é priorizar o que de mais nobre existe, é pensar no semelhante sem deixar de pensar em si mesmo". O parlamentar fez especial referência à corporação de seu município, Caçador, e parabenizou os decanos presentes pelos trabalhos prestados ao longo de anos de voluntariado.

A cerimônia, que teve apresentação da Banda dos Bombeiros Voluntários de Joinville e veiculação de vídeo com imagens das ações desempenhadas, homenageou todas as atuais 43 corporações com uma placa comemorativa.

O presidente da ABEVSC, Ademir Orsi, ressaltou "a missão de sempre manter o modelo de excelência na prestação de serviço



Deputado Reno Caramori, autor da sessão, agradece serviços prestados pela corporação à população catarinense

tão importante e a necessidade de mobilizar pessoas e recursos para que estes fins sejam alcançados".

Entre as autoridades que prestigiaram a cerimônia esteve o secretário executivo de Articulação Estadual, Lírio Rosso, represen-

tando o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). O secretário informou que o governo do Estado trabalha para uma convivência harmônica entre os bombeiros voluntários e militares, assunto levantado por representantes de

corporações, e explicitou sua admiração pela instituição. Também estiveram presentes o deputado Dirceu Dresch (PT) e o ex-deputado e grande incentivador dos bombeiros voluntários, Dionei Walter da Silva (PT).

Audiência pública discute combate a LER e melhorias na saúde do trabalhador

Carlos Killian



Encontro foi realizado na Câmara de Vereadores de Blumenau

Tatiani Magalhães

Depoimentos emocionados e denúncias contra médicos e peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) marcaram a audiência pública dia 18, no Plenário da Câmara Municipal de Blumenau. A iniciativa do evento, que atraiu público numeroso, foi das comissões de Legislação Participativa e de Saúde do Legislativo catarinense.

O deputado Jailson Lima (PT), presidente da Comissão de Legislação Participativa e vice-presidente da Comissão de Saúde, abriu o encontro falando das dificuldades enfrentadas pelos portadores de Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e Distúrbios Osteomusculares (DORT) relacionados ao trabalho.

Autoridades, médicos, peritos e representantes de empresas e sindicatos compareceram ao debate com a intenção de encontrar soluções para reverter o quadro, inúmeras vezes classificado como

"caótico".

O tema LER/DORT já foi amplamente debatido em 2007 e no atual exercício. O objetivo é definir soluções e medidas práticas que possam contribuir para melhorar a condição de saúde dos portadores de doenças relacionadas que, não raro, interferem também sobre o aspecto moral dos atingidos. Para isso, a palavra de ordem continua sendo prevenção.

Jailson, que é médico reumatologista, informou que a intenção das audiências não é apontar culpados, mas conter o avanço do problema que cresce vertiginosamente. "A LER/DORT é uma doença invisível e precisa ser prevenida. Não sendo possível isso, que pelo menos seu diagnóstico seja precoce para que não se agrave. Esta não é apenas uma doença do esforço repetitivo, ela desencadeia uma série de problemas, entre eles a depressão", comentou. Outro reflexo freqüente é o assédio moral sofrido pelo

trabalhador, muitas vezes tratado como incapaz ou preguiçoso.

Presente na reunião, a deputada Ana Paula Lima (PT) acrescentou que o Legislativo pode, além de promover o debate, ajudar a encontrar solução para esclarecer melhor os portadores de doenças ocupacionais. Para ela, esta é uma forma eficaz não só de prevenção, mas de garantia de direitos, como a própria assistência médica.

Ao final do encontro foi unânime entre os presentes a necessidade de realização de novas audiências para avançar ainda mais no debate e na busca de soluções efetivas. Jailson adiantou que pretende promover em breve uma audiência com setores do agronegócio, no Oeste catarinense, cujos trabalhadores apresentam elevados índices de LER/DORT. Para concluir a rodada de debates, será organizada uma grande audiência na Capital, com a presença do Ministério do Trabalho.

INSTITUCIONAL

Servidores voltam a pedir arquivamento do Iprev em Criciúma

Governo reitera urgência do projeto de lei complementar, em tramitação na Assembléia Legislativa, que muda o regime previdenciário de Santa Catarina



Teatro Elias Angeloni, em Criciúma, reuniu cerca de 700 servidores públicos em torno da discussão do Iprev

Sindicato inova em Lages

Cerca de 300 servidores estiveram presentes no Centro de Medicina Veterinária, em Lages, para audiência pública do Iprev. O projeto que altera o sistema de previdência dos servidores públicos estaduais vem recebendo reiterados pedidos pela sua retirada por parte de sindicalistas. Mas esta postura teve uma voz divergente. No encontro no Planalto Serrano, a presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde, Edileusa Garcia Fortuna, disse que a sua categoria reconhece que essa é uma causa "matematicamente impossível" devido à composição majoritária da base governista na Assembléia.

Apesar de manifestar a discordância em relação ao projeto na forma que está, não vendo motivo para dois fundos para pagamento dos benefícios, criando o que ela entende como "discriminação" entre os servidores, ela reconheceu dificuldades para a discussão da proposta no âmbito dos sindicatos. A explicação, segundo ela, é a ligação político partidária de muitos dirigentes que "vêm utilizando a

tática de desgastar o governo em ano eleitoral".

Os advogados da entidade estudam a possibilidade de propor emendas que estejam adequadas à legislação federal que regula a previdência. Entre elas, a aposentadoria dos funcionários da saúde que trabalham em condições de insalubridade com 25 anos de contribuição. Eles criariam um índice para determinar o grau de insalubridade e a aposentadoria estaria vinculada a este.

O líder do governo, Herneus de Nadal (PMDB), relator na Comissão de Constituição e Justiça, admitiu que as diversas manifestações dos servidores podem evoluir para apresentação de emendas que venham aperfeiçoar a iniciativa do Executivo. Ele fez algumas considerações sobre pontos do projeto. De acordo com Nadal, a proposta foi elaborada em função da responsabilidade que o governo tem com o Estado, uma vez que não foi formada poupança para fazer frente à insuficiência crescente do decorrer dos anos.

Scheila Dziedzic

A retomada das audiências públicas, promovidas pela Assembléia Legislativa para esclarecer dúvidas sobre o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 50/07, que altera o regime previdenciário do Estado, reforçou em Criciúma a posição já externada nos demais encontros. O ciclo de nove encontros encerra neste dia 30, em Joinville.

Reunidos dia 28, no Teatro Elias Angeloni, cerca de 700 funcionários públicos novamente pediram o arquivamento da matéria ou, ao menos, sua retirada para uma discussão pontual de cada artigo num período maior de tempo.

O governo, por sua vez, reitera a urgência da alteração proposta por causa de imposições legais para que não sejam suspensos os repasses de recursos voluntários da União. E também como uma forma de "correção de um erro histórico que é a falta de poupança" para o pagamento de benefícios futuros, como afirma o secretário

de administração, Antônio Marco Gavazzoni. Segundo dados técnicos, em Santa Catarina a proporção atual é de 1,4 servidores ativos para o pagamento de um inativo. Essa fórmula tem causado um déficit orçamentário na previdência estadual de R\$ 80 milhões\mês ou R\$ 1,054 bilhão\ano.

A maior resistência à proposta está relacionada à principal alteração no regime previdenciário estadual que trata da criação de dois fundos: um Previdenciário, para os servidores que ingressarem no quadro funcional após a aprovação do PLC, e o Financeiro, que ficará responsável pelos pagamentos de aposentadorias e pensões aos servidores estaduais. Uma das críticas é a separação dos funcionários públicos em duas categorias.

Os servidores vêem a quebra da tradição da solidariedade entre gerações passando para "um sistema capitalista", no qual acreditam não haver garantia do pagamento dos benefícios.

O secretário Gavazzoni afirma que nada mudará quanto à segurança e garantia do pagamento de aposentadorias e pensões, pois mesmo rompendo com o sistema de repartição simples, o novo regime de capitalização terá o suporte indireto do tesouro do Estado em caso de insuficiência. Porém, ele explica que o que se pretende fazer com o fundo previdenciário é justamente evitar que esta situação ocorra, uma vez que os benefícios neste caso começarão a serem pagos daqui a 30 anos. "Será uma reserva para o futuro", resumiu.

Debate

O presidente do Sinjusc, Volnei Rosalen, reiterou ser esta uma discussão político-ideológica, e não apenas técnica, lamentando que o debate se dê culpando a legislação. "Desde que tenhamos a quem culpar tudo se justifica. Mas o culpado é quem deteriorou o sistema previdenciário."

Rosalen pontuou alguns artigos que precisam de maior clareza e serem confrontados com as afirmações do governo. Segundo ele, a leitura que se faz no projeto não garante que o Estado assumirá 100% dos pagamentos; que não serão mexidos nos percentuais das alíquotas de contribuição; haverá distinção na contribuição patronal de um fundo para outro. Enquanto no Fundo Financeiro o Estado recolherá alíquota de 22%, no Previdenciário será de 11%.

Também foi criticada a transferência de patrimônio do Iprev para o Fundo Previdenciário, uma vez que, alegam, o Fundo Financeiro será o que irá arcar com maior prejuízo. Uma das soluções, acredita o presidente do Sinjusc, é a mudança da política de renúncia fiscal.

Ele afirma que a projeção de renúncia para 2008 é de R\$ 2 bilhões, enquanto o déficit previdenciário é de R\$ 1 bilhão. "Há duas maneiras de se acabar com o déficit orçamentário. Gastar menos ou arrecadar mais", afirmou.

PLC repercute em Plenário

O projeto de lei complementar do Iprev voltou a ser tema de debate na sessão ordinária do dia 23. Ao mesmo tempo em que o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), fez o discurso de total apoio ao PLC, a bancada do PT levantou uma série de questionamentos sobre a matéria.

O líder do governo na Casa procurou simplificar as dúvidas que permeiam as discussões. O parlamentar explicou novamente que a proposta cria dois fundos, um financeiro, para os atuais servidores, com contribuição de 22% do Estado e 11% do servidor; e outro, este Previdenciário, com contribuições iguais para Estado e servidores de 11% para cada.

Destacou que o déficit de R\$ 80 milhões ao mês só pode ser combatido com as mudanças explicitadas e que a aposentadoria dos inativos depende de uma readequação do modelo vigente, também uma exigência de lei federal. Suas palavras

receberam apoio do deputado Professor Sérgio Grandó (PPS), para quem a instituição do Conselho Gestor do Iprev vai ser medida fundamental para seu bom funcionamento.

Os discursos serviram de mote para diversas perguntas da oposição. O deputado Pedro Baldissera (PT), que criticou a construção do PLC sem oportunizar à categoria uma opinião, afirmou que o projeto transparece uma série de dúvidas que fez questão de enumerar: Por que a criação de dois fundos? Quais elementos sustentam esta iniciativa? Como fica a assistência dos servidores? Vão ser atendidos pelo Sistema Único de Saúde? Vão aumentar a contribuição para uma melhor assistência? Quem fará parte do Conselho Gestor? Servidores terão voz no Conselho? A iniciativa privada vai gerir os fundos? Quais as ações na prática para zerar o déficit da folha dos inativos?

Baldissera concluiu citando o

artigo que trata da previdência parlamentar, segundo ele, disparado em meio a tantos outros, que garante aposentadoria, pelo teto salarial, aos deputados. "Isto é uma injustiça. Se assemelha à aposentadoria dos ex-governadores. É uma garantia de privilégio. Agentes políticos que têm quatro anos de mandato e uma aposentadoria vitalícia de mais de R\$ 10 mil, é um absurdo." A bancada governista não se manifestou sobre as indagações.

Vigília

Cerca de 50 servidores públicos estaduais reforçaram, dia 24, o apelo aos deputados Nilson Gonçalves (PSDB) e Ada De Luca (PMDB) pela retirada do projeto do Iprev. Foi a primeira vigília desde o início das audiências. Os parlamentares se comprometeram a serem transparentes com os servidores em suas decisões sobre o Iprev. (Rodrigo Viegas)

Rio do Sul teme riscos

Uma platéia mais contida em suas manifestações também questionou na audiência pública sobre Iprev, realizada dia 29, em Rio do Sul, a necessidade alegada pelo Executivo para criação de dois fundos, o previdenciário e financeiro, questão central das discussões.

Os fundos são considerados a espinha dorsal do projeto, principalmente no que diz respeito ao previdenciário, que terá os recursos aplicados no mercado financeiro para sua capitalização. Neste aspecto, a grande dúvida manifestada pelos servidores é relacionada às regras que vão determinar os critérios para aplicação dos recursos e os riscos que eles representam para a solidez do fundo que deve garantir os benefícios aos servidores que ingressarem no funcionalismo público após a criação do Iprev.

A cartilha distribuída aos servidores explica o que será fundo e que as aplicações ocorrerão "nos rigores da lei, seguindo as normas estabelecidas pelo Banco Central e Conselho Monetário Nacional,

com a aprovação do Conselho de Administração do IPREV". Porém, não traz informação mais didática sobre quais seriam as regras, reclamam os servidores.

De acordo com o secretário de administração, Antônio Marco Gavazzoni, as regras determinam percentuais máximos a serem aplicados em operações de risco. Em sua maioria, os valores devem ser capitalizados por operações mais conservadoras, de menor risco de perda. E em caso de perda que venha gerar desequilíbrio financeiro, o governo estará obrigado a repor estes valores.

O deputado Jailson Lima (PT) destacou aos servidores a dificuldade que a oposição tem na discussão deste projeto, pois soma apenas 13 deputados, lembrando que a grande maioria de emendas apresentadas nos diversos projetos têm sido, em sua maioria, rejeitadas. Uma série de informações solicitadas na Assembléia Legislativa sobre o projeto, como cálculo atuarial, não foi repassada, alega o petista.

Jornada Maria da Penha é sucesso de público em Itajaí

Denise Arruda Borton

Cerca de 300 pessoas participaram da 1ª Jornada da Lei Maria da Penha, realizada dia 26 no auditório da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), para discutir as políticas públicas necessárias à melhoria da situação da mulher, especialmente das vítimas de agressões na região da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (Amfri).

O encontro é uma promoção da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Ada De Luca (PMDB).

Outras dez mesorregiões do estado receberão a jornada com a missão de orientar, informar, coibir a violência, além de fazer um diagnóstico das necessidades de cada local referentes

à prevenção e ao combate da violência doméstica e familiar em Santa Catarina. Esta é mais uma tentativa de tentar diminuir os índices de violência contra a mulher. Em todo o mundo, 21 milhões de mulheres sofrem algum tipo de agressão por ano, 175 mil mulheres por mês, 5, 8 mil por dia e 243 por hora. Ou seja, uma mulher é agredida a cada 15 segundos.

Atualmente, a violência doméstica é a maior causadora de morte e de deficiência em mulheres de 16 a 44 anos. Conforme Ada, ela mata mais que o câncer e acidentes de trânsito.

Aproximadamente 70% das mortes são causadas pelos maridos. "A mulher tem que estar sempre empenhada, falando sobre o tema para que uma dê força a outra", encorajou.

O número expressivo de homens no encontro chamou a

atenção da parlamentar. Ela explicou que a reunião é importante porque procura encorajar a mulher. "Não tenha vergonha, a mulher agredida não tem classe social. Por isso temos que fazer uma corrente muito grande que começa com as amigas, vizinhas e alcança toda a comunidade", informou.

A sociedade de Itajaí e dos municípios vizinhos respondeu positivamente ao chamado para comparecer ao encontro. O pedido para que a jornada acontecesse no município partiu da vereadora Dalva Maria Rhenius (DEM).

"Lamentavelmente dos 11 municípios que compõem a Amfri, apenas Itajaí e Balneário Camboriú possuem delegacias especializadas, e nenhum deles possui conselhos municipais dos direitos das mulheres", enfatizou a vereadora.



Com boa presença de homens em Itajaí, jornada vai acontecer em dez mesorregiões do estado

Palestras abrem caminho para reflexão

A jornada de Itajaí destacou nas palestras temas como o empoderamento da mulher, o retrato da violência doméstica na região e a "mulher cabeça, coração e coragem".

Na palestra sobre o empoderamento, a mestre em Ciências Sociais, Ana Cláudia Delfino lembrou que as mulheres estão confinadas ao espaço privado, como mães, e isso nunca foi contestado. Ela também disse que o ato de empoderar começa em ações coletivas desenvolvidas pelos indivíduos que participam de espaços privilegiados de deci-

sões e de consciência social dos direitos sociais. "É preciso saber que tipo de empoderamento que a mulher deseja. Se é o de gênero ou se é o de sexo", questionou.

A delegada Honorata Caçoeira Rodrigues desenhou um retrato da violência na sua região. Para ela, antes da Lei Maria da Penha tentava-se usar medidas curativas, que não puniam o agressor.

"Nesses primeiros meses do ano as ocorrências diminuíram. Em janeiro, foram 154 casos, em fevereiro 139, em março 120 e em abril 81. Destes casos, 25 ho-

mens foram presos e os demais respondem processo", relatou.

A delegada acrescentou que somente a mulher pode denunciar seu agressor e que a Justiça não pode atuar de ofício nesta questão. "Não deveria ser assim, isso retiraria uma grande responsabilidade das costas das mulheres", defendeu.

A psicóloga Clarisse Leal ministrou a última palestra do dia, fazendo um convite para as mulheres refletirem sobre o seu papel na sociedade. "O enfoque é para que cada pessoa torne-se protagonista de si mesma", observou.

AS RIQUEZAS DO SUL DE SANTA CATARINA



A prosperidade dos 43 municípios do Sul catarinense

Com uma população de 861.612 pessoas, segundo dados do IBGE de 2008, a região Sul de Santa Catarina é integrada por 43 municípios. Pólo carbonífero e cerâmico, responde por 7,5% das riquezas produzidas em território catarinense. Segundo números da Secretaria de Estado do Planejamento, os 43 municípios arrecadam R\$ 9,4 milhões dos R\$ 85,3 milhões do PIB (Produto Interno Bruto) no estado, segundo números de 2005. Por tudo isso a região Sul é destaque nesta edição do caderno especial do AL Notícias.

Araranguá - Tem na indústria de confecções a sua principal porção econômica. Morro dos Conventos e o Caverá Country Park, um complexo de lazer, avancam o turismo. População: 57.119 habitantes.

Armazém - Grande produtora de alimentos e produtos têxteis, que são vendidos para todo o Brasil. População: 7.312 habitantes.

Balneário Arroio do Silva - No extremo-sul, a cidade é conhecida nacionalmente pelo Quilômetro de Arrancada de Caminhões, Fuscas e Motos, realizado durante a temporada de verão. População: 8.089 habitantes.

Balneário Gaivota - Um dos mais jovens municípios, emancipado de Sombrio em 1995. População: 7.307 habitantes.

Braço do Norte - O turismo religioso e as pescarias são os atrativos da cidade, que tem o melhor índice de desenvolvimento humano da região. População: 27.730 habitantes.

Capivari de Baixo - Abriga o maior complexo termelétrico da América Latina, a Usina Termelétrica Jorge Lacerda. População: 20.064 habitantes.

Cocal do Sul - Destaca-se na pecuária e na extração de argila para a indústria cerâmica. População: 14.563 habitantes.

Criciúma - Tem uma das maiores minas de carvão mineral do país, sendo chamada de Capital Brasileira do Carvão. Possui variado parque industrial na área têxtil e no setor cerâmico, sendo o maior produtor brasileiro de pisos e azulejos. População: 185.506 habitantes.

Ermo - Conhecida como Cidade das Flores, Ermo possui diversos atrativos naturais, como as cachoeiras e praias do Rio Itoupava, trilhas e bons locais para pescaria. População: 1.843 habitantes.

Forquilha - Colonizada por várias etnias, mas com fortes marcas alemãs, a base econômica é a cerâmica, a agricultura e a agroindústria. População: 20.719 habitantes.

Gravatal - É conhecida por suas águas termais, produção de malhas e artesanato. População: 10.510 habitantes.

Grão Pará - De colonização alemã, oferece um dos visuais mais privilegiados do estado. População: 6.051 habitantes.

Içara - A 92 quilômetros de Laguna e a 180 de Florianópolis, é a maior produtora de mel de Santa Catarina, além de dedicar-se à fusicultura, comércio e indústria. População: 54.107 habitantes.

Imaruí - Com forte influência açoriana, destaca-se pela pesca e manifestações religiosas, como a festa do Senhor Bom Jesus dos Passos e, recentemente, pela beatificação da

menina Albertina Berkenbrock. População: 11.675 habitantes.

Imbituba - Berçário das Baleias Franca, é conhecida no Brasil e no mundo pela natureza e por suas praias com ondas perfeitas para a prática do surf. População: 36.231 habitantes.

Jacinto Machado - A cidade tem no Parque Nacional da Serra Geral o seu principal patrimônio turístico: os cânions. A comida típica italiana completa o roteiro. População: 10.738 habitantes.

Jaguaruna - Oferece vários atrativos naturais, como as praias, as lagoas e ainda 53 sítios arqueológicos. População: 15.668 habitantes.

Laguna - Vinculada diretamente a história do Brasil, como sede de fatos importantes da proclamação da República Juliana

colonizada posteriormente por italianos. Destaca-se no fumo, mandioca, milho e arroz, além da indústria cerâmica. População: 14.551 habitantes.

Morro Grande - Oferece belezas naturais que atraem visitantes, como as Furnas das Três Barras, a Serra do Pilão e o Morro do Realengo, que são ideais para quem gosta de praticar trekking. População: 2.727 habitantes.

Nova Veneza - Foi a primeira colônia de imigrantes italianos instalada no Brasil em 1891. As características européias podem ser vistas nas casas, nas canções, no folclore e no dialeto vêneta falado por quase todos os habitantes. População: 12.536 habitantes.

Orleans - Colonizado por italianos, destacam-se as Esculturas do Paredão criadas pelo artista José Fernandes, mais conhecido como Zé Diabo, natural da cidade. Os painéis

de fluorita, um minério usado na siderurgia e importante fonte de flúor. População: 4.468 habitantes.

Sangão - É destaque na produção de cerâmica vermelha, telhas e tijolos, cuja produção chega a atingir 100 milhões de unidades anuais. População: 10.300 habitantes.

Santa Rosa de Lima - Com fortes características alemã e italiana, cidade foi premiada com o projeto de agroecologia pela produção de alimentos sem uso de agrotóxicos. População: 2.031 habitantes.

Santa Rosa do Sul - Tem boas alternativas para o ecoturismo, com destaque para o Parque Municipal Cachoeira de Peroba. População: 7.949 habitantes.

São João do Sul - No extremo-sul, o município destaca-se por possuir a única estância termal com água salgada do país. População: 6.916 habitantes.

São Ludgero - Colonizado por alemães, tem na religiosidade o seu grande marco, tanto que São Ludgero recebeu o título de "celeiro" de sacerdotes. População: 10.246 habitantes.

São Martinho - Marcado pelas características da colonização germânica, o município foi considerado pela Embratur como uma das capitais nacionais do Turismo Rural. População: 3.194 habitantes.

Siderópolis - O município mantém vivas as tradições dos colonizadores italianos através de programas de intercâmbio, além de valorizar a cultura e a gastronomia vêneta. População: 12.470 habitantes.

Sombrio - Tem sua economia baseada na agropecuária e na indústria. A produção artesanal de chapéu de palha de butiá e de peças em tear manual também recebe destaque. População: 24.424 habitantes.

Timbé do Sul - O ecoturismo é o maior atrativo de Timbé do Sul, que tem como roteiros o Cânion do Amola Faca, a Cachoeira da Cortina, o Poço do Caixão e o Rio do Salto. População: 5.133 habitantes

Treviso - Localizado ao pé da Serra Geral, parece com uma cidade do interior da Itália tanto por sua arquitetura, quanto pela religiosidade e dialeto. População: 3.498 habitantes.

Treze de Maio - Colonizado por italianos em 1900, o município tem na agropecuária 85% da sua arrecadação e ainda se dedica à expansão do turismo rural e ecológico. População: 6.599 habitantes.

Tubarão - Conhecida por Cidade Azul, Tubarão é um importante centro comercial e estudantil. Entre seus atrativos, destacam-se as estâncias hidrominerais, o Museu Ferroviário e o passeio de Maria-Fumaça pela centenária ferrovia Theresa Christina. População: 92.569 habitantes.

Turvo - É considerada a Capital da Mecanização Agrícola e do Arroz. Destaca-se no milho e fumo. População: 11.031 habitantes.

Urussanga - Destaca-se na produção artesanal, danças, canções e no vinho de excelente qualidade. Tem uma intensa atividade cultural e busca preservar a cultura dos seus antepassados italianos. População: 18.588 habitantes.



com o reconhecimento de Anita Garibaldi, Laguna é considerada um museu ao ar livre. A cidade de mais de 300 anos ainda tem destaque na pesca e no turismo. População: 50.179 habitantes.

Lauro Müller - Colonizada por italianos, Lauro Müller é também conhecida como o Berço Histórico do Carvão Nacional e tem na Serra do Rio do Rastro o seu mais belo cartão-postal. População: 13.700 habitantes.

Maracajá - Colonizado por imigrantes italianos e açorianos, Maracajá tem hoje a sua economia baseada nas culturas de fumo, mandioca, milho, arroz e feijão. População: 5.909 habitantes.

Meleiro - Recebeu esse nome devido à grande quantidade de mel de abelha. Seus moradores preservam a cultura italiana através do dialeto da região do norte da Itália e da gastronomia típica. População: 6.880 habitantes.

Morro da Fumaça - Fundada por imigrantes vindos da Bielo-Rússia em 1900, foi

que representam passagens bíblicas tornaram-se conhecidos não só no Brasil, mas na América do Sul. O museu ao ar livre é outro ponto turístico da cidade. População: 20.859 habitantes.

Passo de Torres - Na divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, o acesso ao município é pela cidade de Torres/RS, através de uma balsa e de uma ponte pênsil no Rio Mampituba. População: 5.313 habitantes.

Pedras Grandes - A cultura dos imigrantes italianos é a principal característica do pequeno município. Sua topografia acidentada favorece atividades como o rafting. População: 4.817 habitantes.

Praia Grande - A pequena cidade no extremo-sul catarinense, que teve seu povoamento a partir de 1917 por imigrantes portugueses e italianos, tem na beleza natural seu grande atrativo. População: 7.120 habitantes.

Rio Fortuna - Colonizada por alemães, a cidade se destaca na agricultura e na extração

Braço do Norte lidera qualidade de vida

Município avançou da 54ª para 15ª posição no ranking estadual do Índice de Desenvolvimento Humano

Em nove anos, Braço do Norte subiu 39 posições no ranking estadual do índice de Desenvolvimento Humano (IDH), passando da 54ª para a 15ª posição. Urussanga e Tubarão ocupam o 16ª e 19ª postos, respectivamente, sendo que, das 42 cidades da região Sul, 16 delas estão entre as 100 com melhor desempenho estadual. Entre elas, Grão Pará, São Ludgero, Cocal do Sul, Criciúma, Rio Fortuna, Turvo, Siderópolis, São Martinho, Aranguá, Orleans, Nova Veneza, Maracajá e Capivari de Baixo. Na ponta de baixo da lista, está o município de Imaruí, ocupando a 265ª posição estadual. Renda, longevidade e educação, são os quesitos avaliados para a determinação do índice.

Colonizada por italianos e alemães, Braço do Norte tem

uma população de 27.730 habitantes com renda per capita de R\$ 433,10, expectativa de vida de 75,23 anos e educação com bons números. Conhecida como a Capital Sul-americana da Moldura, a cidade se destaca na produção e exportação do produto.

Na agropecuária, a criação de suínos, gado de corte e gado leiteiro fazem a economia local refletir os bons resultados em toda a região. Os eventos religiosos e as pescarias são os atrativos turísticos do município localizado a 173 km de Florianópolis, que também possui um parque industrial bastante diversificado, moderno e competitivo. Produz doces e geléias, bebidas, variados produtos alimentícios, sobressaindo-se os derivados de suínos e do leite. Ainda na linha industrial, a produção de máquinas e equipamentos, con-

fecções, plásticos e produtos de uso doméstico como esmaltados, higiene e limpeza, também merecem destaque.

Planejamento

Para o secretário de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte, Gelson Padilha, "o bom desempenho do município se dá por vários anos de planejamento, de um trabalho diferenciado tanto da sociedade, quanto de empresários e dos governos estadual e municipal". Segundo ele, problemas existem, mas o trabalho é contínuo na busca de novos e bons resultados. Um dos projetos em desenvolvimento prevê a redução da poluição, transformando dejetos suínos em energia elétrica. "Ao gerar riqueza, atraímos novos investimentos", frisou Padilha.

Fotos: Carlos Kilian



Colonizada por italianos, Braço do Norte tem uma expectativa de vida de 75,23 anos

Saiba mais

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores para os diversos países, estados e municípios. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil. O índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Hag, e vem sendo

usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seu relatório anual. Seu objetivo é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – 2003, PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro

Imaruí apresenta pior desempenho da região

Imaruí aparece na última colocação do IDH entre as cidades da região Sul. O município, que tem a expectativa de vida em 71,47 anos e renda per capita de R\$ 187,74, caiu da 231ª para a 265ª posição. Apesar de ter melhorado, no período entre 1991 e 2000, em todos os aspectos avaliados pelo índice, como longevidade, renda per capita e educação, Imaruí não acompanhou o desenvolvimento alcançado pelos demais municípios.

Com 11.675 habitantes, Imaruí tem forte influência açoriana e destaca-se na pesca, seguida da agricultura, com a cultura do arroz e da farinha de mandioca. Possui fortes manifestações religiosas, como a festa do Senhor Bom Jesus dos Passos e a beatificação da menina Albertina Berkenbrock em outubro do ano passado. O município é dotado de uma natureza ímpar que oferece boas condições para a prática de esportes como parapente, pesca artesanal, passeios de barco, lanchas e jet ski na lagoa, caiaque, cavalgadas, motocross e trilhas ecológicas.

Migração

Para o secretário de Desenvolvimento Regional de Laguna, Mauro Vargas Candemil, o baixo desem-

penho de Imaruí se dá por fatores como a migração dos mais jovens para outras regiões em busca de emprego e melhores condições de vida, pois a cidade tem pouco a oferecer nesse sentido.

Outro problema apontado pelo secretário é a necessidade do desassoreamento das lagoas de Imaruí, Mirim e Santo Antônio, inibindo as ações dos agentes poluidores que diminuem a cada ano a "tonelagem produtiva" de peixes e camarões. Candemil acredita que, para reverter a situação da cidade, deverão acontecer ações encaixadas. Ele vê como prioridade a construção do asfalto entre a SC-437, que liga Imaruí a Aratingaúba e a São Luís, ambas localidades do município, e entre Aratingaúba a Pescaria Brava, pertencente a Laguna. "A falta de pavimentação asfáltica pode ser um dos motivos para a desaceleração daquela cidade e região", observou.

Mauro Candemil também falou sobre o projeto intitulado Corredor Turístico e Religioso, fazendo de São Luís, localidade da beata e serva de Deus Albertina Berkenbrock, uma região pólo para o turismo religioso. De acordo com ele, é preciso criar toda uma infraestrutura adequada para suportar a demanda.



Com expectativa de vida de 71,47 anos e renda per capita de R\$ 187,74, Imaruí ocupa a 265ª posição do ranking estadual do IDH



Com forte parque fabril, Criciúma concentra 33% das riquezas produzidas na região Sul, sendo seguida por Araranguá com 9,8%. Indústria também está ancorada na cerâmica, plásticos, descartáveis e metal-mecânica

Sul responde por 7,5% do PIB e tem balança comercial com superávit

Região que tinha economia voltada ao carvão transformou-se em pólo industrial de destaque em Santa Catarina

Com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 6,4 bilhões, ou 7,5% do total estadual, o Sul do estado tem como destaque o município de Criciúma, com um PIB de R\$ 2,2 bilhões, segundo números da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc). É superavitária a balança comercial, que em 2007 apresentou um saldo positivo de US\$ 204,8 milhões, exportações de outros US\$ 114,8 milhões. Nova Veneza é o município com maior

saldo comercial.

Inicialmente baseado na exploração de carvão e recebendo nos últimos anos incremento industrial nas áreas de cerâmica, confecções, plásticos, descartáveis e metal-mecânica, o desenvolvimento da região ganhou nova configuração de um pólo industrial de grande importância para Santa Catarina.

A contribuição de 7,55% da Região Sul para o PIB estadual totaliza R\$ 6,4 bilhões. Grande parte dessa riqueza está em Criciúma (33,8% do

PIB), seguida de Araranguá (9,8%). Já em PIB per capita destacam-se Nova Veneza e Ermo.

A atividade econômica que mais emprega é a indústria de transformação, responsável por 48.700 trabalhadores, ou 38,7% dos empregos totais da área. Nela, os segmentos que mais empregam são os do vestuário, minerais não-metálicos (cerâmica), de alimentação e de plásticos.

Gráficas

É forte e cresce também o parque gráfico regional, que ganhou um Núcleo de Gráficas dentro da Associação Empresarial de Criciúma (ACIC). Em março, representantes do Sindicato das Indústrias Gráficas do Sul Catarinense (Sindigraf Sul) e do Núcleo foram a São Paulo, para uma missão empresarial junto à 19ª Feira Internacional de Papel e Indústria Gráfica (Fiepag), no Parque de Exposições Anhembi. Viajaram 26 empresários de 16 empresas da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec). Eles foram conhecer novos produtos e fazer contatos com fornecedores nacionais e internacionais. Querem melhorias e o crescimento do parque gráfico do Sul do estado.



Economia da região estava inicialmente baseada na exploração das minas de carvão

Os números de 2007 (US\$)

Municípios	Exportações	Importações	Saldo
Araranguá	61.478.255	373.900	61.104.355
Arroio do Silva	0	9.920	-9.920
Cocal do Sul	64.377.733	287.830	64.089.903
Criciúma	64.376.413	69.937.576	-5.561.163
Forquilha	10.059.655	11.357.178	-1.297.523
Içara	18.118.908	17.696.023	422.885
Maracajá	17.647	3.020	14.627
Meleiro	0	197.100	-197.100
Morro da Fumaça	5.454.090	7.987.347	-2.533.257
Morro Grande	986.033	0	986.033
Nova Veneza	75.597.531	3.163.220	72.434.311
Orleans	1.791.074	353.933	1.437.141
Passo de Torres	0	77.288	-77.288
Santa Rosa do Sul	35.388	0	35.388
Siderópolis	2.314.379	2.305.016	9.363
Sombrio	6.803.925	0	6.803.925
Turvo	0	337.040	-337.040
Urussanga	8.208.533	712.251	7.496.282
Total	319.619.564	114.798.642	204.820.922

Fonte: MDIC/SECEX

Obs: Os municípios que não constam da tabela não tiveram movimentação no período.

Porto de Imbituba mantém crescimento

O Porto de Imbituba viveu, até 1990, sua época áurea na movimentação da produção de carvão do Sul do estado. Hoje, apesar de ainda estar longe das 4,11 milhões de toneladas desse período, tem um quadro de crescimento que atende às expectativas. Em março deste ano, movimentou 191.571 toneladas de cargas, o correspondente à maior movimentação dos últimos 17 anos. Só foi superada pelas 204.617 toneladas de agosto de 1990.

A queda anterior deveu-se à redução das alíquotas de importação e à retirada do subsídio para extração do carvão, em 1990. Um passo para recuperar a atividade no Porto está sendo a diversificação de cargas, passando de 384.618 toneladas em 1996 para uma média de um pouco mais de 1 milhão de toneladas nos anos seguintes.

Também concretizou-se o

arrendamento do Terminal de Contêineres, no valor de R\$ 282 milhões, no dia 7 deste mês, pagos pela Wedelia Participações S.A. (Tecon Imbituba S.A.), vencedora da licitação, à Companhia Docas de Imbituba (CDI), concessionária do Porto. Também assinou a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), representando a União. O contrato é de 25 anos e, do total, R\$ 120 milhões foram pagos no ato da assinatura, sendo investidos na manutenção da infra-estrutura e outras melhorias das condições operacionais.

Dessa maneira, ficará dotada a região Sul, junto com a duplicação da BR-101 Sul, de uma importante infra-estrutura na logística de transportes para o comércio exterior, explica o diretor presidente e de Relações com Investidores da CDI, Nilton Garcia de Araújo.

Cargas movimentadas*

Importações	Exportações
Coque: 65.556 toneladas	Congelados: 9.096 toneladas
Barrilha: 11.120 toneladas	Contêineres: 8.785 toneladas
Fertilizantes: 14.115 toneladas	Caroço de algodão: 9.587 toneladas
Cevada: 43.581 toneladas	Total: 27.468 toneladas
Total: 134.372 toneladas	

* março 2008



Em março, Porto de Imbituba registrou a maior movimentação dos últimos 17 anos com 191.571 toneladas de cargas

Governo federal anuncia R\$ 24 milhões para obras de dragagem e recuperação em Laguna

O ministro dos Portos, Pedro Brito, anunciou que em 2008 o Porto de Laguna receberá R\$ 24 milhões para obras de dragagem, drenagem fluvial, recuperação e construção de novos berços. Outros R\$ 22 milhões virão para o Porto de Imbituba com a mesma finalidade.

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca também vai

direcionar R\$ 292 mil para investimentos no complexo lagunar do município de Laguna, e mais R\$ 60 mil virão do governo municipal.

Serão construídos 21 trapiches para os pescadores que usam as lagoas Santo Antônio dos Anjos, Imaruá e Mirim. Essas estruturas servirão de ponto de apoio para embarcações nas co-

munidades ribeirinhas, que terão aproximadamente 1.500 famílias beneficiadas.

As comunidades são Barrancinha, Bentos, Caputera, Estreito, Cabeçuda, Portinho, Ariel, Canto da Lagoa, Cigana, Pescaria Brava, Barreiros, Laranjeiras, Ponta das Laranjeiras, Figueira, Nova Fazenda, Perrixil, Mato Alto e Santiago.



Pescadores vão ganhar 21 trapiches nas lagoas Santo Antônio dos Anjos, Imaruá e Mirim

FTC nos trilhos da prosperidade

Os trilhos da prosperidade passam por Tubarão através da Ferrovia Tereza Cristina (FTC), que tem como vocação o transporte de carvão. Ela abastece as minas da Usina Termelétrica Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo. Administrados desde 1997 pela iniciativa privada, os 164 quilômetros de extensão da estrada de ferro integram 12 municípios da região.



Ferrovia Tereza Cristina, em Tubarão, abastece minas da usina Jorge Lacerda

Eletrosul constrói primeira PCH no rio Braço do Norte

A Eletrosul está investindo na melhoria do fornecimento de energia elétrica para o Sul do estado. Vai construir a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Barra do Rio Chapéu, no Rio Braço do Norte. A empresa vencedora também irá fornecer os equipamentos. A obra abrange Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, local de instalação da barragem.

Orçada em R\$ 66 milhões, a PCH Barra do Rio Chapéu terá potência instalada de 15 MW, suficientes para

abastecer uma cidade de aproximadamente 110 mil habitantes. Esta será a primeira pequena central hidrelétrica que a Eletrosul constrói após ter tido seu parque gerador privatizado em 1998.

A Fundação do Meio Ambiente (Fatma) já emitiu a licença de instalação e a Eletrosul espera a conclusão da escolha do fornecedor responsável pela obra, para dar início aos trabalhos. A obra deverá ser concluída até o final de 2009.



Município herda carga poluidora gerada pela lavra, beneficiamento, transporte, estocagem do rejeito da mineração, mas muda a paisagem com investimento no meio ambiente

Siderópolis dá adeus à paisagem lunar

Um dos municípios mais castigados pela extração do carvão recupera áreas degradadas que se tornaram produtivas



Com passado marcado pela degradação ambiental, município ostenta hoje paisagens como esta, onde a natureza se manifesta plenamente

Barragem assegura abastecimento para 300 mil pessoas

Construída para resolver os problemas de abastecimento de água da região Sul, a Barragem do Rio São Bento, em Siderópolis, beneficia 300 mil pessoas e vai atender futuramente mais de 700 mil habitantes, especialmente da região carbonífera. O investimento é de R\$ 58 milhões e soluciona grande parte dos problemas de abastecimento. O projeto para a obra é antigo. Começou em 1982, quando foi concluído o relatório

técnico preliminar dos recursos hídricos disponíveis. Em 1989 foi feito o projeto básico de engenharia, em 1999 recebeu a Licença Ambiental Prévia e a obra começou em 2001.

A Fatma liberou a Licença Ambiental de Operação (LAO) para a conclusão dos trabalhos em 2005 e a fase de conclusão ocorreu em 2006. Sua capacidade de vazão é de 58 milhões de metros cúbicos de água, numa área inundada de 450 hectares. Segundo informa a

Casan, as famílias que ocupavam as áreas inundadas foram indenizadas.

Em julho de 2007, a barragem já sediava a 1ª Regata Barragem do Rio São Bento, localizada 160 metros acima do nível do mar. Para melhorar o acesso ao local, o município fez o o alargamento do primeiro trecho da estrada que liga a cidade ao Rio Jordão, que será toda asfaltada com a intenção de impulsionar o turismo.

Siderópolis é um dos municípios da região que mais sofreu com a atividade carbonífera pela prática da escavação a céu aberto. Ela era feita pela Marion, uma máquina gigantesca que invertia as camadas do solo na busca do carvão. Como resultado, surgiu uma paisagem lunar, com morros de rejeitos de minério entremados com águas ácidas. Hoje, muitas das áreas estão recuperadas e nelas há lavouras de arroz e outros plantios.

A situação ambiental, segundo estudos efetuados pela FATMA, ainda é crítica, pois foi grande a carga poluidora gerada pela lavra, beneficiamento, transporte e estocagem do rejeito da mineração, pelas unidades produtoras de coque, pela usina-termoelétrica, pelas cerâmicas, pelas fecularias e pelo setor agroindustrial.

As áreas selecionadas para a recuperação ambiental são 15. Uma delas está na localidade de Ex-patrimônio, em Siderópolis, junto às nascentes do rio Sangão. São 20 hectares com rejeitos piritocarbonosos, que estão sob a responsabilidade do município e para onde foi planejado o Distrito Industrial. Outros pontos de recuperação estão em Criciúma, Lauro Müller, Forquilha, Urussanga, Orleans, Cocal do Sul e Treviso.

Histórico

Com a chegada da Companhia

Siderúrgica Nacional e o começo da exploração do carvão, por volta do ano de 1941, surgiu a primeira mina de carvão e a montagem da primeira escavadeira. Junto iniciou-se a construção, em massa, de casas operárias em Rio Fiorita.

As primeiras mineradoras começaram a se instalar, dentre elas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que explorou a região entre 1940 e 1980. Em homenagem à CSN, o então distrito de Urussanga passou a chamar-se Siderópolis a partir da década de 1940.

Nos municípios de Urussanga e Siderópolis, as áreas de lavras a céu aberto ultrapassaram os 2.100 hectares, predominando o aspecto de destruição e esterilidade do solo, que ano após ano vem recebendo um trabalho de recuperação. Os locais destinados à colocação final dos rejeitos da mineração, que representam cerca de 70% do carvão catarinense, ocupavam já em 1979 uma área de 1.600 hectares, reduzindo as áreas para a agricultura.

Os rejeitos a céu aberto contêm pirita carbonosa, que em contato com a água e o oxigênio liberam gases Sulfurosos, causando degradação em extensas áreas urbanas e rurais. Os locais degradados foram tratados para recuperação físico-hidrológica-ambiental. Entre as medidas estão a impermeabilização das superfícies com cobertura de argila, arborização e recuperação da mata ciliar.

Tubarão tem melhor ensino médio do Sul

Município supera médias estadual e nacional e obtém a maior nota da região no Enem



Escola Dite Freitas conquistou no município a melhor média da rede pública de Tubarão na avaliação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio)

Carlos Kilian

Que a educação é essencial para o desenvolvimento pessoal e profissional, todo mundo sabe. E os alunos de Tubarão, no Sul do estado, sabem mais ainda, não por acaso e sim por dedicação. No empenho de todos para enfrentar os problemas que envolvem a educação e, superando as médias estadual e nacional, com 59,05 o município obteve a maior nota da região Sul de Santa Catarina no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), realizado em 2007 e divulgado na primeira semana de abril deste ano. Cocal do Sul, com 58,66, e Urussanga, com 58,32, ficaram em segundo e terceiro lugar na região.

Professores qualificados, projetos, trabalhos em grupo, leitura de livros literários com dramatização, pesquisa de campo, palestras sobre as diversas profissões e monitorias. É com esse trabalho diferenciado que a escola de ensino médio Dite Freitas, de Tubarão, obteve a melhor média da rede pública. Com 55,5, a escola ficou acima da média estadual, que é de 54,13, e da nacional, de 51,28. Para a diretora, Leda Regina Melo Schmitz, os problemas existem, mas a motivação dos professores e demais funcionários faz toda a diferença no resultado final. “No trabalho de formação busca-

mos qualidade”, disse Leda. Na rede privada do mesmo município, o melhor desempenho foi do Centro Educacional Energia com a média de 69,29.

A gerente de Educação da Secretaria Regional de Tubarão, Maria de Lourdes Bittencourt, também atribui o bom trabalho da área na região a diversos fatores, como aulas mais dinâmicas e mais participativas, bem como o planejamento pedagógico, realizado a cada início de ano, além de reuniões bimestrais, nas quais são verificadas as necessidades das escolas, professores e alunos. Com o lema “diminuir a evasão e repetência”, os profissionais se comprometem a ensinar com qualidade. “Nosso trabalho é fazer o aluno aprender, usufruir do aprendizado e possibilitar uma mudança na sua vida como um todo. E fazer com que ele (aluno) saiba de fato porque está buscando o conhecimento”, afirmou Maria de Lourdes.

O Enem é um exame que identifica problemas e ajuda a criar mecanismos para melhorar a educação no Brasil, além de possibilitar o ingresso de alunos carentes na universidade através do Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede descontos e bolsas de estudos.

Educação em números

- **Unidades escolares:** 1.118
- **Professores:** 13.820
- **Matrículas do ensino médio:** 38.347
- **Taxa de aprovação:** 90,92%
- **Taxa de reprovação:** 9,08%
- **Matrículas do ensino fundamental:** 139.147
- **Taxa de aprovação:** 89,12%
- **Taxa de reprovação:** 10,88%
- **Matrículas de jovens e adultos:** 30.969

Fonte: Secretaria de Estado da Educação

Saúde

Três municípios se destacam em tratamentos de alta complexidade

As 43 cidades da região Sul do estado possuem 31 estabelecimentos de saúde. Dos 2.343 leitos existentes, 1.734 são conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS). Criciúma, Tubarão e Araranguá se destacam nos números e no tratamento de alta complexidade, como neurocirurgia, ortopedia, oncologia, cirurgia cardiovascular, tratamento para gestante de alto risco e terapia renal.

Dos hospitais credenciados pelo SUS, dois deles receberam o título Hospital Amigo da Criança, o Hospital Regional de Araranguá, no extremo-Sul, e o Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão. Desde 1989, a iniciativa da Organização Mundial de Saúde (OMS) em conjunto com o Fundo das Nações Unidas (Unicef) promove a

adoção de práticas facilitadoras da amamentação nas maternidades, sendo o Brasil um dos primeiros países que incluíram a prática de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno. Com o objetivo de mobilizar os funcionários dos estabelecimentos de saúde para que mudem condutas e rotinas responsáveis pelos elevados índices de desmame precoce, algumas ações foram introduzidas no dia-a-dia dos envolvidos.

Ajudar as mães a iniciar a amamentação na primeira meia hora após o parto, informar as gestantes sobre as vantagens e o manejo da amamentação, não dando ao recém-nascido nenhum outro alimento ou bebida além do leite materno, a não ser que tenha indicação clínica, são alguns

dos dez passos para o sucesso do aleitamento materno implantados pelo hospital, reavaliado a cada dois anos.

Segundo a diretora superintendente do Hospital de Araranguá, Rita de Cássia Premoli, o título recebido em abril de 2003 possibilitou à instituição vários benefícios, como qualidade de atendimento, humanização, redução de custos com internações, medicamentos, economia de leite industrializado e queda na taxa de mortalidade infantil. Satisfeita com os resultados, ela salienta: “O título significou garantir à mãe o direito de amamentar, ter acompanhamento, orientações e informações necessárias para continuar o aleitamento dentro e fora do hospital.”

A saúde da região em números

De acordo com os dados abaixo, a população diminuiu e a taxa de mortalidade infantil apresenta queda.

	2006	2007
População	886.922	818.488
Nascidos vivos	11.376	10.983
Crianças com menos de 5 anos	75.118	76.144
Taxa de mortalidade menos de 1 ano	13,45%	11,47%
Taxa de mortalidade menos de 7 dias	7,47%	6,10%

Transplantes

Segundo informações do SC Transplantes, órgão subordinado à Secretaria de Estado da Saúde, todos os hospitais podem fazer o credenciamento para a captação ativa de órgãos, seguindo algumas exigências do Ministério da Saúde. Pela solidariedade das pessoas e pelo trabalho levado a sério, o estado liderou o ranking de doações e transplantes no ano passado. Em 2007, o Hospital São José, de Criciúma, realizou 10 transplantes de córnea.

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde



Segundo maior do Brasil, cânion de Fortaleza tem uma grande fenda de 7,5 km de extensão, 900 metros de profundidade e 1.500 metros de largura. De lá, é possível avistar os litorais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina

Cânions, cartões-postais para o ecoturismo

Praia Grande e Jacinto Machado são destaques na região, atraindo pelas belezas naturais visitantes brasileiros, estrangeiros e esportistas, que aproveitam o cenário para fazer boas caminhadas em meio à natureza

agroecológicas.

No Parque Nacional dos Aparados da Serra e Parque da Serra Geral pelo menos 60 cânions dividem as belezas do lugar. Alguns se destacam em Santa Catarina e podem ser acessados pelos municípios de Praia Grande – que leva o título de Cidade dos Cânions - e Jacinto Machado.

Os cânions Fortaleza e Malacara, em Aparados da Serra, são cartões-postais do Sul de Santa Catarina e recebem turistas nacionais e estrangeiros e esportistas que apreciam longas caminhadas. Grande parte dos dois parques está dentro do município de Praia Grande, que também possui uma enorme reserva florestal.

Localizado 45 metros acima do nível do mar, tem outras atrações, como os derrames de rocha basáltica do período Jurássico Superior, de 137 milhões de anos, e cujo topo de montanhas data de aproximadamente 225 milhões de anos. Há muitos rios descendo a serra e estes formaram corredeiras e cachoeiras.

Muitos locais são atrativos para o ecoturismo, o trekking e o turismo de aventura, rappel, canyoning, bóia-cross, cavalgadas e visitas a propriedades

Fortaleza

Mas o atrativo que realmente impressiona são os cânions formados há milhares de anos. O maior é o Fortaleza, uma grande fenda com 7,5 km de extensão, 900m de profundidade e 1.500m de largura. É o segundo maior do Brasil.

O maior em tamanho é o de Itaimbezinho, no Rio Grande do Sul, também no Parque Aparados da Serra. Em dias com pouca nebulosidade é possível avistar do Fortaleza os litorais gaúcho e catarinense.

Há guias especializados para a visitação e que estão localizados principalmente em Praia Grande, onde existe uma associação de guias locais e agências.

O cânion Malacara está entre o Itaimbezinho e o Fortaleza, e a partir dele também é possível avistar o litoral. Seu acesso é feito por uma trilha de seis quilômetros de extensão. Acompanhados de guias, os turistas e visitantes podem tomar banho de rio e de cachoeira.

Integrado ao complexo de cânions do Parque da Serra Geral, o Malacara é o que teve menor ingerência do homem. Meio intocado, possui uma beleza natural e uma flora e fauna abundantes.



Um dos poucos do gênero no Brasil, museu oferece passeios de maria-fumaça, que atravessa diversos municípios da região

Museu Ferroviário, atração em Tubarão

Tubarão possui várias estações de águas termais, destacando-se as Termas da Guarda, Termas do Rio do Pouso e Termas de Tubarão, que recebem centenas de turistas por ano e geram riqueza para o município. Mas entre as maiores atrações da cidade também estão o Museu Ferroviário de Tubarão, um dos poucos do gênero no Brasil, e o passeio de maria-fumaça através de vários municípios da região.

A aventura com esta centenária locomotiva começa no Museu Ferroviário e passa por Urussanga, Jaguaruna, Morro da Fumaça e Cocal do Sul. São oferecidos passeios turísticos mensais. Mantida pela Rede Ferroviária Federal, a ferrovia

tem como um dos seus atrativos as inúmeras pontes.

História

Implantada para fazer o transporte do carvão mineral entre a então localidade de Minas (Lauro Müller) e o Porto de Imbituba, é o menor corredor ferroviário brasileiro. Não tem ligação com o restante da malha nacional e possui apenas 164 quilômetros de extensão.

Em 1997, foi privatizada e passou a ser gerida pelo concessionário, a Ferrovia Thereza Christina S.A. (FTC), que a arrendou em leilão para um período

de 30 anos.

Como parte das comemorações dos 120 anos de ferrovia e pela preservação da memória ferroviária brasileira, em 2004, a Ferrovia Thereza Christina, com apoio da Sociedade Amigos da Locomotiva a Vapor (SALV) e da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF), entregou ao Museu Ferroviário de Tubarão duas locomotivas recuperadas e em condições de uso. As máquinas têm inestimável valor histórico. São os modelos Jung, a vapor, e GM B-12, diesel-elétrica, e são a maior atração do museu, instalado na Estação Diomício Freitas, no bairro Ferroviário.

INSTITUCIONAL

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Ao fazer uma retrospectiva histórica do Brasil, jornalista afirma que o Plano Real foi a grande chance que o país teve para se tornar uma potência mundial

Nassif acredita no sucesso do país

Referência do jornalismo econômico brasileiro, jornalista desenha mapa da economia mundial em palestra do programa O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa

Evelise Nunes

Luis Nassif foi o palestrante do segundo encontro do programa O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa, dia 23, no Auditório Antonieta de Barros. Com o tema "O Brasil no mapa da economia mundial", o jornalista fez um parecer sobre a atual situação econômica do país, fazendo uma retrospectiva histórica.

Para Nassif, o Brasil vem perdendo oportunidades desde o início da República. Mesmo afirmando que a Constituição de 1988 impulsionou o país para a modernidade, acredita que faltou visão política e estratégica aos governantes. "O Plano Real foi a maior chance de o Brasil virar uma potência." Entretanto, afirma que houve um certo descaso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em relação à falta de inflação com a possível emergência das populações de classes D e E para classes de consumo.

Otimista, Luis Nassif ainda acredita no país, principalmente com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que diz ser voltado ao social. "As duas ferramentas que impulsionam o crescimento econômico brasileiro são o Bolsa Família e o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)", defende. Para ele, "a grande passagem do Brasil para o Primeiro Mundo são as políticas sociais. Não tem governo que mude isso".

O jornalista também tem esperança quanto à posição econômica brasileira. "Do ponto de vista estratégico, o Brasil caminha para



Para Nassif, política social pode credenciar país ao Primeiro Mundo

o sucesso", acredita. Ele defende que o grande capital do país, hoje, é o ambiental. "O Brasil é uma potência emergente onde se tem o controle do meio ambiente", completa. Quanto à recente inflação e aos aumentos de juros ditados pelos Banco Central, afirma que são resultados de um pensamento monofásico. "Isso só existe na economia brasileira", desabafa.

Além de ícone do jornalismo econômico, Luis Nassif também é autor de uma série de denúncias dos bastidores da revista Veja desde 2007. Para ele, o problema não é o fato de a revista ser tendenciosa, mas de ter perdido o limite da lega-

lidade. "É o pior jornalismo que já vi em 38 anos de carreira", acredita.

O jornalista foi recepcionado na Casa pelo presidente do Parlamento, deputado Julio Garcia (DEM), e pelo presidente da Casa do Jornalista, Ademir Arnon, além de parlamentares e alguns jornalistas. Numa conversa descontraída no gabinete da presidência da Casa, Nassif contou que é um grande admirador de blogs por estes socializarem a informação numa velocidade inexplicável. "Desde o começo tive preocupação em moderar meu blog para que não houvesse clima de briga ou grandes exaltações", acrescenta.

Quem é

Introdutor do jornalismo de serviços e do jornalismo eletrônico no país, Luis Nassif começou sua carreira profissional como estagiário da revista Veja em 1970. Quatro anos depois, tornou-se repórter de Economia da mesma revista. Em 1975, ficou responsável pelo caderno de finanças. Foi para o Jornal da Tarde em 1979 como pauteiro e chefe de reportagem de Economia. Lá, criou a seção "Seu Dinheiro" e o caderno "Jornal do Carro". Mudou para a Folha de S. Paulo em 1983, onde criou a seção "Dinheiro Vivo" e o projeto do Datafolha. Em 1985, criou o programa "Dinheiro Vivo", na TV Gazeta de São Paulo. A partir do programa nasceu a Agência Dinheiro Vivo, primeira empresa jornalística do país a trabalhar com informações em tempo real, em 1987. Na Folha também foi colunista de economia e membro do conselho editorial. Iniciou em 2007 uma série sobre os bastidores da Veja, em que critica o jornalismo da revista nos últimos anos.

Versátil, Nassif também é cronista, escritor e músico. O livro "Menino de São Benedito e outras crônicas" foi finalista do Prêmio Jabuti de 2003 na Categoria Contos/Crônica. Como músico lançou o CD "Roda de Choro", solando bandolim, semi-finalista do Prêmio Sharp de Música Instrumental, em 1995.

Blog: www.luisnassif.com.br

Prêmios

- **Prêmio Esso**, categoria principal, com a série de reportagens sobre o Plano Cruzado, em 1986.

- **Prêmio de Melhor Jornalista de Economia da Imprensa Escrita**, do site Comunique-se, em 2003 e 2005, em eleição direta da categoria.

Obras

O Menino do São Benedito e Outras Crônicas - 126 crônicas com as reminiscências e impressões pessoais sobre diversos temas, como a infância em Poço de Caldas, MPB, esporte e o país.

O Jornalismo dos Anos 90 - analisa a cobertura da imprensa em diversos episódios como o impeachment de Fernando Collor, o Caso da Escola Base, o do Bar Bodega e outros.

Os Cabeças-de-Planilha - analisa a economia nos governos de FHC e traça um paralelo entre a Política do Encilhamento de Rui Barbosa e o Plano Real.

CCJ admite Conselho Estadual das Cidades

Comissão de Constituição e Justiça autoriza a tramitação do projeto de lei focado na integração de políticas estaduais

Eduardo Guedes de Oliveira

Assessorar, estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano e regional, com participação social e integração das políticas estaduais. Essa é a proposta do Executivo com a criação do Conselho Estadual das Cidades de Santa Catarina (Concidades/SC). A matéria, sob o Projeto de Lei nº 75/08, teve sua admissibilidade aprovada dia 22 na reunião da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia.

O órgão, de caráter consultivo e deliberativo, será formado por representantes do poder público e da sociedade civil, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e articulado com o Ministério das Cidades, por meio do Conselho Nacional das Cidades. Os integrantes do Concidades terão mandato de dois anos, com possibilidade de recondução, e a função não será remunerada.

Por unanimidade, os parlamentares também aprovaram o Projeto de Lei Complementar nº 7/08, do Tribunal de Justiça, que cria 115 cargos de Técnico Judiciário Auxiliar e 10 cargos de Agente Operacional de Serviços Diversos no quadro de pessoal do Poder Judiciário. Os cargos são de provimento efetivo e as atividades a serem exercidas, de nível médio.

Rodízio

O deputado Joares Ponticelli (PP) anunciou, durante a reunião da CCJ, o seu licenciamento da Assembléia por um período de 68 dias, a partir de 1º de maio. Ele e o deputado Reno Caramori (PP) deixam o cargo temporariamente para que os suplentes possam assumir, dentro da proposta que vem sendo aplicada pela bancada do partido. No



Deputados progressistas Joares Ponticelli e Reno Caramori vão deixar temporariamente a Casa

lugar de Ponticelli assume o suplente Jaime Pasqualini, do Alto Vale do Itajaí. A cadeira de Caramori será ocupada pelo representante da região Oeste, o suplente Altair Silva.

Flavio Ragagnin se despede do Parlamento catarinense

O deputado Flavio Ragagnin (PP) se despediu no dia 24 da Assembléia Legislativa. Ex-prefeito de Seara, Ragagnin observou que os problemas ainda são muitos e que as soluções virão tão somente com a força política. "Estou feliz com a oportunidade que tive. No pouco tempo que estive aqui pude lutar e trabalhar pela minha região, às vezes muito esquecida."

Ragagnin assumiu o mandato no início de março, no lugar do deputado Jandir Bellini (PP), que se licenciou para dar oportunidade aos



Ragagnin: foco na região

suplentes do partido. Emocionado, o deputado agradeceu a acolhida recebida por parte do presidente do Legislativo, deputado Julio Garcia (DEM), e demais parlamentares. "Obrigado pela acolhida que me deram. Fui tratado de uma maneira cordial e respeitosa. E o mais importante é dizer que aqui eu aprendi o quanto é importante ser deputado. O quanto podemos fazer pela população", completou.

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) parabenizou o parlamentar pelo trabalho realizado durante sua estada no Legislativo. "É bom que o senhor possa perceber a realidade de um deputado. Quero também parabenizá-lo pela seriedade que demonstrou."

A conduta do parlamentar também foi elogiada pelo deputado Jean Kuhlmann (DEM). "Vimos aqui um parlamentar comprometido com sua região. Espero, realmente, que o senhor lute para que possa voltar e cumprir um mandato inteiro", afirmou.

Presidente de Comissão rebate críticas sobre matérias autorizativas

O deputado Romildo Titon (PMDB), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), rebateu as reclamações de parlamentares sobre a postura da CCJ perante a análise de projetos autorizativos. Na sessão do dia 22, ele disse que foi acusado de não ter feito a análise crítica das proposições. "Considereei um exagero por parte dos deputados", acrescentou.

Titon explicou que a comissão trabalha conforme a teoria do Direito Constitucional do controle preventivo e não definitivo das matérias.

A primeira análise das proposições é feita na CCJ, onde chegam "cruas", depois são encaminhadas às comissões de mérito e, finalmente, vão ao Plenário. E isto também acon-

tece com as matérias de cunho autorizativo, muitas vezes de origem parlamentar. "Alguns projetos passaram, outros foram arquivados. Porém, seus autores entraram com recurso e obtiveram maioria no Plenário, que é soberano", explicou.

Justiça

A principal queixa de Titon é que alguns parlamentares questionaram a constitucionalidade parcial das matérias. "Caso do deputado Jorginho Mello (PSDB) que disse que os projetos são constitucionais para alguns e inconstitucionais para outros. Muitos projetos foram aprovados, viraram lei e estão sendo contestados pela Justiça", salientou.

Para o presidente, as críticas com relação à CCJ são infundadas e inoportunas, já que a comissão não pode cercear o direito de um parlamentar de apresentar uma proposta autorizativa.

"Estamos cumprindo o Regimento da Casa. Durante o período em que estou à frente da CCJ duas propostas foram aprovadas, três estão em diligência, 18 estão tramitando em outras comissões, 20 foram aprovadas e quatro foram vetadas", relatou.

O deputado Joares Ponticelli (PP), membro da comissão, apoiou Titon. "Se formos proibidos de apresentar projetos autorizativos, nossa função será nomear aeroportos e declarar de utilidade pública. A capacidade legislativa está cada vez mais reduzida", concluiu.

Projeto notifica consumidores a serem inscritos em instituições de proteção ao crédito

Aprovado em Plenário no dia 22 o Projeto de Lei nº 151/07, de autoria do deputado José Natal Pereira (PSDB), que dispõe sobre a prévia notificação, com aviso de recebimento, dos consumidores a serem inscritos em instituições de proteção ao crédito.

Com a aprovação da matéria,

órgãos como o SPC, Serasa e quaisquer outros que possuam bancos de dados ou de cadastros negativos serão obrigados a comunicar o consumidor, por escrito ou através de carta registrada, sobre sua inscrição nos arquivos de dados de restrição de crédito.

A proposta está prevista para

todo o estado de Santa Catarina.

De acordo com o autor da proposição, esse mecanismo para a abertura de cadastro, ficha, registro ou dados pessoais, em seus arquivos de consumo, somente poderá ser efetuado após a confirmação do recebimento de aviso por parte do consumidor.

PLENÁRIO

Plenário aprova nove entre dez pedidos de informação ao Executivo

Depois de inúmeras obstruções, presidência coloca em votação solicitações

Rodrigo Viegas

A polêmica em torno dos pedidos de informação das bancadas de oposição ao governo do Estado teve capítulo decisivo na sessão ordinária do dia 22. Depois de inúmeras obstruções, a presidência conseguiu colocar em votação 10 pedidos de informação, sendo nove aprovados e um rejeitado pelo Plenário.

O primeiro pedido de informação colocado em pauta solicitava à Secretaria de Desenvolvimento Regional de Tubarão informações sobre o contrato, ordem de serviço, ordem bancária e relatório sobre razões impeditivas ao início da construção da Escola Célia Coelho Cruz, de Tubarão. De autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), a matéria recebeu encaminhamento contrário por parte do líder do PMDB, deputado Manoel Mota. Indignado, Ponticelli questionou a postura, a qual acusou de "antidemocrática" e frisou que a ausência de quórum tem sido utilizada sucessivamente para impedir a aprovação dos pedidos. "Hoje o líder do PMDB me surpreendeu, nunca pensei que tivesse coragem de uma atitude neste nível". A resposta

veio imediatamente, com o deputado Mota, lembrando ao progressista que o próprio PP havia impedido votação da matéria em sessão anterior.

Pressão

Já o deputado Pedro Uczai (PT) destacou que "a obstrução é regimental e legítima". E acrescentou: "O governo não quer fornecer informações e, por isso, a discussão na tribuna é a única forma de pressionar e fiscalizar o Executivo, prerrogativa do parlamentar".

Colocado em votação, o pedido de informação foi negado por 13 votos a 12, com duas abstenções: do deputado Professor Sérgio Grando (PPS) e do deputado Nilson Gonçalves (PSDB). Gonçalves, inclusive, comunicou que por princípio, não vota contra pedidos de informação e por isso se absteve.

A posição teve a intenção nítida de infligir uma derrota à oposição já que, em seguida, o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB) avisou que todos os demais pedidos de informação na pauta seriam aprovados com anuência da bancada governista.



Ponticelli trava com líder do PMDB, Manoel Mota, batalha em torno de pedido de informação em Tubarão

Requerimentos autorizados

- Ao presidente da Epagri, informações sobre o resultado da Comissão de Sindicância elaborado quando da descoberta de fraude que desviou R\$ 6,5 milhões dos cofres públicos;
- **Ao secretário da Infra-Estrutura e o secretário de Desenvolvimento Regional de Tubarão, informações sobre o lançamento do edital de licitação referente às obras da segunda etapa do Aeroporto Regional de Jaguaruna;**
- Ao governador do Estado, informações a respeito das obras de duplicação da SC-401;
- **Ao diretor presidente da SC Parcerias, informações a respeito da não aprovação da**

operação triangular da dívida da Casan com a Celesc;

- Ao governador, informações a respeito do seu deslocamento para Criciúma;
- **Ao presidente da Casan, informações a respeito de obra de coleta e tratamento de esgoto sanitário da área urbana de Seara;**
- Ao secretário da Educação, sobre alimentação na Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkre, de Ipuçu;
- **Ao presidente da Celesc, sobre a tarifa reduzida;**
- Ao secretário da Educação, sobre relatório dos recursos às prefeituras do transporte escolar.

Aprasc cobra lei que remunera profissionais da segurança

A Lei nº 254, que reorganiza a estrutura administrativa e a remuneração dos profissionais do Sistema de Segurança Pública da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, voltou a ser debatida, no dia 23, em Plenário. Com as galerias lotadas por praças da Polícia Militar de várias regiões de Santa Catarina, alguns parlamentares se manifestaram sobre a reivindicação feita pela classe ao Poder Executivo.

Frente à questão e representando os praças do Estado, o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) solicitou que o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) abra oportunidades para negociações, uma vez que o governo não

cumpriu a lei, sancionada já em dezembro de 2003. "A lei prevê o reajuste de 93,81%, a ser incorporado, gradativamente, aos salários dos servidores da segurança pública. Com quase cinco anos de existência, o governo ainda precisa prestar conta com esses profissionais, pois pagou apenas 60% da proposta prevista", ressaltou. Para o presidente da Associação dos Praças de Santa Catarina (Aprasc), sargento João Manoel da Costa, este é o momento de unir forças em prol da questão.

Diante das reivindicações, o líder do governo na Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), informou que o Executivo tem um grande interesse em colocar em dia

o pagamento da Lei nº 254. Porém, mencionou a Lei de Responsabilidade Fiscal e as condições financeiras do Tesouro como limitantes para o governo. Com relação à reivindicação de concurso público para a área, o parlamentar explicou que cada servidor que vai à inatividade e cada servidor que entra na folha gera um valor a ser pago a dois servidores, e não apenas aos ativos. "Por isso discutimos o lprev, para criar um fundo previdenciário para atender os novos servidores dentro de uma nova legislação, não apenas para o Executivo, mas compreendendo os outros poderes. Assim o fundo vai pagar o aposentado e o governo pagará o novo servidor contratado."



Com galerias lotadas, praças pedem negociação com o governo

PLENÁRIO



Eduardo Guedes de Oliveira

Antônio Aguiar durante a explanação do teor do projeto que pretende aumentar plantio da erva-mate no estado

Deputado apresenta projeto para estimular o plantio de erva-mate

Na sessão ordinária do dia 22 o Plenário foi decorado com mudas e pacotes de erva-mate entregues aos parlamentares pelo Sindicato da Indústria do Mate no Estado de Santa Catarina (Sindimate) e Associação dos Ervateiros do Planalto Norte de Santa Catarina.

Na oportunidade, o deputado Antônio Aguiar (PMDB) apresentou um projeto de lei que pretende incentivar a agroindústria da erva-mate com políticas públicas incentivadoras da

produção, preservação e manejo do plantio do produto.

A proposta de Aguiar é criar o Projeto Erva-Mate, no qual serão estabelecidas formas de incentivo ao plantio, à preservação e ao manejo da planta, a partir de um inventário que deverá identificar e quantificar a produção da espécie.

A *Ilex paraguariensis* é cultivada em 550 municípios dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e, em menor

quantidade, em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, gerando um total aproximado 750 mil empregos diretos.

Em Santa Catarina, com produção anual de 250 mil toneladas, a planta tem um papel importante para a economia, principalmente no Planalto Norte e no Centro-Oeste, tendo Canoinhas como a capital nacional da erva-mate. De acordo com o parlamentar, 80% da produção naquele município saem de pequenas propriedades.

Hospital de Brusque apresenta dificuldades

Após 40 anos de fundação, o Hospital e Maternidade Dom Joaquim, de Brusque, precisa de uma série de melhorias, desde a reforma do prédio até a compra de equipamentos e mobiliário.

O deputado Dagomar Carneiro (PDT) trouxe o assunto ao Plenário na sessão ordinária do dia 23. Em 2007 o parlamentar apresentou o Projeto de Lei nº 276/07, que pretende estender os benefícios do Fundo Social para a área da Saúde. Ele aproveitou o momento para pedir ao líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), que interceda junto ao Executivo para que a matéria seja aprovada. Nadal apóia a iniciativa do pedetista e afirmou que o projeto encontra-se em diligência na Secretaria da Fazenda, pois há um entrave de ordem constitucional. "É um projeto extremamente importante e contará com a minha parceria", falou.

Alta dos alimentos e de juros preocupa parlamentar

Nos últimos 12 meses, os preços dos alimentos subiram, em média, 11,24%, mais do que o dobro da inflação do período. Este fato preocupa o deputado Marcos Vieira (PSDB), que falou sobre o assunto na sessão plenária do dia 22. O parlamentar afirmou que os produtos que mais aumentaram foram o feijão (168%), óleo de soja (56%) e a



Vieira: alimentos a preços 'salgados'

carne bovina (19%). "A dupla arroz com feijão, combinação preferida do brasileiro, está cada vez mais 'salgada'. E os economistas dizem que o desequilíbrio deve continuar."

A alta dos juros também foi mencionada pelo deputado. A taxa de juros passou, no dia 16 de abril, de 11,25% para 11,75% ao ano. "Para um chefe de família, a alta dos juros significa que já está difícil abastecer a casa, pagar o cheque especial e comprar no crediário. Mais uma vez a classe média vai pagar a conta na hora de comprar um produto", falou.

Já a deputada Ana Paula Lima (PT) defendeu a política do governo federal afirmando que a classe trabalhadora nunca teve tanto acesso aos bens de consumo como agora. "Nunca vi tantas pessoas adquirindo bens duráveis. Tenho até pena dos trabalhadores do comércio que têm que trabalhar aos domingos devido ao grande movimento."

[GABINETES]

SITUAÇÃO DOS PEDÁGIOS

Uma comitiva catarinense, liderada pelo deputado Renato Hinnig (PMDB), esteve na última semana em Porto Alegre, participando de reunião da Frente Parlamentar Contra a Prorrogação dos Contratos de Pedágios no Rio Grande do Sul, coordenada pelo deputado Francisco Appio (PP/RS). Na ocasião, conheceram a situação dos contratos de concessão de rodovias no estado vizinho.

Hinnig ressaltou que Santa Catarina está vivendo uma experiência nova, já que até o momento não existe qualquer cobrança de pedágio nas rodovias que cortam o estado. Sobre os pedágios que serão implantados na malha rodoviária catarinense, disse que o processo foi feito atropeladamente, tendo sido concedidos trechos das rodovias BR 101 e 116, construídas e reformadas com recursos públicos e que, segundo o parlamentar, não poderiam ser pedagiadas.

O que preocupa o parlamentar catarinense é a cobrança de pedágio na BR-101, a partir de agosto, sem que a rodovia esteja concluída. "Estamos conhecendo o trabalho da Frente Parlamentar e a mobilização feita no município de Viamão contra a praça de pedágio, para depois tomarmos as ações necessárias para evitar o início da cobrança de pedágio em agosto no território catarinense", concluiu Hinnig. (Danilo Barcelos Coutinho, assessor do deputado Renato Hinnig)

PROCON REGIONAL

A defesa do consumidor pode ganhar avanços significativos com a implantação do Procon regional. A proposta foi apresentada pelo deputado Clésio Salvaro (PSDB) e já passou pelo trâmite burocrático. Falta só a instalação de fato, o que deve ocorrer em breve.

Nem todos os municípios da Região Sul possuem o serviço de Proteção ao Consumidor, apesar de ser previsto em legislação nacional. Preocupado com isso, o deputado Clésio Salvaro ingressou com um procedimento na Assembléia Legislativa e posteriormente no governo do Estado. O governador já determinou a instalação do serviço.

Hoje a alternativa dos consumidores lesados por algumas empresas é recorrer a órgãos em outras cidades. Como o problema demanda muito tempo, percorrendo caminhos jurídicos demorados, a saída é o Procon Regional. O Procon tem poder de polícia e permite, em alguns casos, a solução do problema em poucas horas. (Assessoria do gabinete do deputado Clésio Salvaro)

SEMINÁRIO EM CORONEL MARTINS

Numa iniciativa pioneira, a Prefeitura de Coronel Martins promoveu, no dia 25, o I Seminário Regional Sobre Defensivos Agrícolas. Cerca de 500 pessoas participaram do evento, que contou também com a presença do deputado Padre Pedro Baldissera (PT).

Foram abordados os cuidados no manuseio e o uso dos defensivos agrícolas, suas normas e o que os médicos do Programa de Saúde da Família (PSF) precisam saber sobre a contaminação por agrotóxicos, com a médica Adriana Melo Baroto, do Centro de Informações Toxicológicas. O seminário tratou também do destino final das embalagens e encerrou com uma mesa redonda em que os palestrantes interagiram com a platéia. O deputado destacou a importância dos agricultores e da comunidade conhecerem um pouco mais sobre os problemas dos agrotóxicos.

No evento, os organizadores lembraram que o uso indiscriminado de agrotóxicos está levando a níveis severos de poluição ambiental e de intoxicação humana. O principal objetivo foi enfatizar a importância de não negligenciar as normas e regras básicas para se trabalhar com os agrotóxicos. (Cássio Turra, assessor do deputado Padre Pedro)

COMUNIDADE

Fotos: Solon Soares



Considerada como maior evento filantrópico de Santa Catarina, a feira que chega a 21ª edição tem expectativa de atrair 30 mil pessoas ao Centrosul

“Um encontro com a alegria” na Feira da Esperança

Responsável por 70% da renda anual da Apae de Florianópolis, evento que começa dia 30 de abril e vai até 4 de maio arrecada recursos para cuidar de 393 crianças, adolescentes e adultos portadores de necessidades especiais

Com o slogan “Um encontro com a alegria”, a Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Florianópolis realiza a 21ª Feira da Esperança, de 30 de abril a 4 de maio, no Centro de Convenções Centrosul. O evento tem objetivo de arrecadar fundos para a manutenção da entidade que cuida de 393 crianças, adolescentes e adultos portadores de necessidades especiais, como síndrome de Down e autismo.

A primeira edição da Feira foi realizada em 1984 como uma alternativa para subsidiar alguns trabalhos desenvolvidos pela Apae de Florianópolis. De lá pra cá, o evento vem crescendo e hoje é responsável por 70% da receita anual da associação, segundo o coordenador geral desta edição da Feira da Esperança, Roberto Schweitzer. “O montante final vem de outras formas de arrecadação, como a Lei Julio Garcia”, acrescenta.

São muitas as empresas e entidades que contribuem de forma institucional e financeira com a Feira da Esperança. Entre elas está a Assembleia Legislativa que participa com um estande próprio, distribuindo folderes informativos e apresentando vídeos institucionais que informam sobre o trabalho e as ações do Poder Legislativo catarinense.

Cada Apae tem sua forma de arrecadação. A Feira da Esperança é a da Capital e já está consolidada “como o maior evento filantrópico de Santa Catarina. Está no calendário oficial de eventos do estado”, acrescenta Schweitzer.

O coordenador lembra a importância da comunidade tanto para a realização quanto para o sucesso da feira. “São cerca de 1.800 voluntários que atuam direta e indiretamente. Ano passado foram quase 20 mil visitantes”, comenta.

Estréia

Para esta edição, a organização pretende atrair a participação de 30 mil pessoas durante os cinco dias da Feira da Esperança. Para isso, terá mais de 40 estandes como o Dutty Free (que comercializa produtos apreendidos pela Polícia Federal e doados para a instituição), gastronomia, moda, artesanato e presentes diversos. “O diferencial desta edição fica por conta da estréia de uma livraria, além de uma diversificada programação artística, cultural e de lazer”, explica o coordenador Roberto Schweitzer.

De acordo com uma das organizadoras da Feira, a jornalista Luiza Gutierrez, a programação



Programação cultural da feira terá atrações locais, todas voluntárias

cultural da Feira está recheada de atrações locais, todas voluntárias.

Além dos recursos gerados pelo evento, a entidade hoje conta com a ajuda financeira oriunda da arrecadação do Fundo Social. A Lei nº 13.633, de autoria do deputado Julio Garcia (DEM), aprovada pela Assembleia Legislativa em 2006, assegura destinação de 1% do montante arrecadado pelo Fundo Social às Apaes do estado, de forma proporcional ao número de alunos matriculados em cada uma das escolas especiais.

Serviço

Evento: 21ª Feira da Esperança – “Um encontro com a alegria”

Data: de 30 de abril a 4 de maio

Local: Centrosul, Florianópolis

Ingresso: R\$ 3,00 (entrada), R\$ 5,00 (estacionamento)

Horário:

30/04 – 19h à 1h

1º, 02 e 03/05 – 10h à 1h

04/05 – 10h às 24h